

## 1. A Evolução da Pós-Graduação *Stricto-Sensu*

Os dados da pós-graduação brasileira indicam que todas as áreas do conhecimento apresentaram crescimento expressivo ao longo dos anos, com algumas oscilações, e que a tendência vem sendo nitidamente positiva. Apesar do expressivo aumento no número de cursos e de egressos na pós-graduação, constata-se ainda a necessidade da formação de quadros docentes para atuar nos diferentes níveis de ensino. Alguns aspectos do crescimento da pós-graduação brasileira são destacados a seguir: Entre 1976 e 2004, o número de cursos recomendados pela CAPES saltou de 673 para 2.993, o que representa um aumento de 5,6% ao ano. Destaca-se o crescimento do doutorado, que praticamente duplicou no período de 1996 a 2004 conforme tabela-01 abaixo

Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: Número de cursos

Nível	1976 (1)	1990	1996	2004 (21/maio)	Taxa geométrica (% ao ano)		
					2004/1976 (27a 5m)	2004/90 (13a 5m)	2004/96 (7a 5m)
Mestrado	490	975	1.083	1.959	5,2	5,3	8,3
Doutorado	183	510	541	1.034	6,5	5,4	9,1
<b>Total</b>	<b>673</b>	<b>1.485</b>	<b>1.624</b>	<b>2.993</b>	<b>5,6</b>	<b>5,4</b>	<b>8,6</b>

(1) Ano de início do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES.

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA-01

O segmento público é responsável por 82% da oferta dos cursos de mestrado e por 90% dos cursos de doutorado. Por sua vez, o segmento privado cresceu de forma expressiva na pós-graduação, passando de 87 cursos para 346 no mestrado e de 44 para 96 no doutorado, no período de 1996 a 2004 (Ver Tabelas 2 e 3);

Número de cursos segundo a dependência administrativa:  
Mestrado, 1996-2004 <sup>6</sup>

Dependência Administrativa	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa <sup>1/</sup> )	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Federal	631	1.077	7,5	58	55
Estadual	365	524	5,0	34	27
Municipal	-	12	...	-	1
Particular	87	346	20,5	8	18
<b>Total</b>	<b>1.083</b>	<b>1.959</b>	<b>8,3</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

(<sup>1/</sup>) Prazo: 7 anos e 5 meses.

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA-02

Número de cursos segundo a dependência administrativa:  
Doutorado, 1996-2004

Dependência Administrativa	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa <sup>1/</sup> )	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Federal	230	568	13,0	43	55
Estadual	267	370	4,5	49	36
Particular	44	96	11,1	8	9
<b>Total</b>	<b>541</b>	<b>1.034</b>	<b>9,1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

(<sup>1/</sup>) Prazo: 7 anos e 5

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA-03

O número de alunos matriculados também conheceu um aumento expressivo, uma vez que passou de 37.195 em 1987 para 112.314 em 2003, representando um crescimento de 300% no período (ver Tabelas 4 e 5);

### MESTRADO

Ano Base	Alunos Titulados	Alunos Matriculados (1/)	Alunos Novos
1987	3.647	29.281	9.440
1988	3.916	31.451	11.548
1989	4.727	32.472	11.432
1990	5.737	37.789	13.014
1991	6.811	37.865	12.768
1992	7.394	38.459	12.560
1993	7.609	39.509	13.633
1994	7.821	43.612	16.218
1995	9.265	46.152	17.746
1996	10.499	45.622	16.457
1997	11.922	47.788	17.570
1998	12.681	50.816	19.815
1999	15.380	57.044	23.837
2000	18.373	61.614	26.586
2001	20.032	65.309	28.074
2002	24.432	68.340	31.566
2003	27.630	72.001	35.305

Fonte: CAPES/MEC

(1/) Matriculados em 31 de dezembro.

TABELA-04

### DOCTORADO

Ano Base	Alunos Titulados	Alunos Matriculados (1/)	Alunos Novos
1987	868	7.914	1.786
1988	921	8.441	2.093
1989	1.047	9.671	2.416
1990	1.302	11.210	2.922
1991	1.489	12.219	3.509
1992	1.766	13.689	3.519
1993	1.803	15.625	4.132
1994	2.113	17.912	4.991
1995	2.528	20.095	5.331
1996	2.985	22.198	5.159
1997	3.620	24.528	6.199
1998	3.949	26.828	6.744
1999	4.853	29.998	7.903
2000	5.335	33.004	8.444
2001	6.040	35.134	9.101
2002	6.894	37.728	9.935
2003	8.094	40.213	11.343

Fonte: CAPES/MEC

(1/) Matriculados em 31 de dezembro.

TABELA-05

## 2. Avaliação da CAPES em 2007

Foram submetidos à Avaliação Trienal de 2007 todos os programas e cursos que integravam o SNPG (Sistema Nacional de Pós-Graduação) em 31 de dezembro de 2006, data de fechamento do triênio focalizado, e que atendiam as seguintes exigências:

- tinham sido implantados até a data supramencionada de fechamento do triênio e tenham comunicado esse fato à Capes;
- tinham enviado as informações correspondentes às atividades do curso, por meio do preenchimento do Coleta, referentes a pelo menos um dos anos do triênio avaliado (2004-2006).

Atendiam essas condições e, portanto, foram submetidos a todas as etapas da Avaliação Trienal um total de 2.266 Programas de Pós-graduação, responsáveis pela promoção de um total de 3.409 cursos, sendo 2.070 Mestrados Acadêmicos, 1.182 Doutorados e 157 Mestrados Profissionais.

Tais números não expressam, porém, a dimensão do SNPG em 31 de dezembro de 2006. Na verdade, muitos programas e cursos já inseridos como integrantes do SNPG na data de fechamento do triênio ainda não se encontravam em funcionamento e não apresentavam desempenho a ser avaliado. Isso porque os cursos novos são avaliados e aprovados pela Capes ainda na condição de proposta ou projeto, tendo um prazo de doze meses, passível de prorrogação por mais seis meses, para serem implantados. Em face disso, tais programas e cursos são submetidos apenas à análise, pelas equipes técnicas da Capes, da regularidade de sua situação (principalmente no que diz respeito ao cumprimento do prazo fixado para sua implantação) tendo em vista a fundamentação dos atos de renovação de reconhecimento, a vigorarem no próximo triênio, uma vez que a vigência do reconhecimento inicial por eles obtido expira na data da publicação do ato de homologação pelo Ministro da Educação dos resultados finais da Avaliação Trienal de 2007.

### 3. Sobre o ITA

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado pelo Decreto no 27.695, de 16 de janeiro de 1950 e definido pela Lei no 2.165, de 05 de janeiro de 1954, é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), que integra o Sistema de Ensino Federal definido no Inciso I do Art. 16 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sob jurisdição do Comando da Aeronáutica, e é a Organização deste Comando que tem por finalidade a formação de profissionais de nível superior nas especializações e áreas de interesse do Setor Aeroespacial e, em especial, da Aeronáutica. O ITA tem *status* de Universidade especializada no campo de saber aeroespacial e em áreas correlatas e é mantido pelo Poder Público conforme definido no Inciso I do Art. 19 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, podendo gozar, na forma da lei, de estatuto jurídico especial conforme estabelece o Art. 54 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, associado ao Parágrafo Único do Art. 52 da citada Lei. O ITA tem sede no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Para efeito deste Regulamento, é adotada a seguinte terminologia:

I – Graduação – formação profissional, aberto à matrícula para candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo promovido pelo Instituto, desde o seu ingresso no ensino superior até a sua diplomação;

II – Pós-graduação *stricto sensu* – programa de pós-graduação em sentido estrito, aberto à matrícula para candidatos portadores de diploma de curso superior, tendo como modalidades os cursos de Mestrado (acadêmico), de Mestrado Profissionalizante e de Doutorado, que conduzem aos respectivos diplomas;

III – Pós-graduação *lato sensu* – programa de pós-graduação em sentido amplo, que não visa à obtenção de um diploma, e que é oferecido a portadores de diploma de curso superior, tendo como objetivo preparar e aprimorar o conhecimento, em um campo delimitado de atividades profissionais, através de Cursos de Especialização,



Aperfeiçoamento e MBA (*“Master of Business Administration”*) que conduzem aos respectivos Certificados;

O ITA é constituído pela Reitoria (ID), pela vice-reitoria (IV), pela Congregação (IC), pelas Pró-Reitorias (de Graduação - IG, de Pós-Graduação e Pesquisa - IP, de Extensão e Cooperação - IEX e de Administração - IA) e pelas Divisões Acadêmicas (Divisão de Ciências Fundamentais - IEF, Divisão de Engenharia Aeronáutica - IEA, Divisão de Engenharia Mecânica - IEM, Divisão de Engenharia Eletrônica - IEE, Divisão de Engenharia Civil - IEI - e Divisão de Ciência da Computação - IEC).

O início dos cursos de pós-graduação oferecidos pelo ITA, em 1961, marcou não apenas a implantação, no Brasil, da pós-graduação em Engenharia, como também a introdução de um modelo que viria a ser adotado em diversos pontos do País

#### **4. Sobre a APG-ITA**

A Associação de Pós-Graduandos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – (APG-ITA), instituída em 23 de junho de 1995, cadastrada na Associação Nacional de Pós-Graduação - ANPG, é uma entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, apolítica e de duração indeterminada, com sede instituída na Praça Marechal Eduardo Gomes, 50, na Vila das Acácias, CEP: 12228-900; Campus do ITA na Cidade de São José dos Campos no Estado de São Paulo Parágrafo único - A APG-ITA reconhece a Associação Nacional de Pós-Graduandos como entidade legítima de representação dos pós-graduandos em nível nacional, reservando, a esta sua autonomia.

A APG-ITA é a entidade representativa dos pós-graduandos e pós-graduados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Para efeito de Estatuto, são pós-graduandos pelo ITA os alunos regularmente matriculados nos seus programas de pós-graduação e os alunos que já obtiveram o título de mestrado e/ou doutorado em um dos seus programas de pós-graduação.

São objetivos e finalidades da APG-ITA:

- a) Representar os pós-graduandos regularmente matriculados e pós-graduados no ITA junto ao órgão colegiados do ITA.
- b) Promover a integração entre os alunos e desenvolver sua participação nos vários aspectos da vida acadêmica do ITA.
- c) Defender os direitos e interesses dos pós-graduandos do ITA e, em especial, propor ou reivindicar condições de estudo, de pesquisa e de atividades correlatas.
- d) Promover a participação efetiva dos pós-graduandos e pós-graduados nas propostas relativas à estruturação e ao funcionamento do ITA.
- e) Criar um fórum permanente para troca de experiências, discussões e apresentação de oportunidades profissionais e acadêmicas aos associados.
- f) Estimular a pesquisa e o desenvolvimento no campo da tecnologia avançada, da ciência e do ensino, da promoção da melhoria do meio ambiente e dos recursos hídricos, completando e apoiando, as instituições federais de ensino superior (IFES) e prioritariamente, as atividades exercidas pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA.
- g) Estimular a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para empresas e entidades públicas e privadas.
- h) Incrementar o intercâmbio de especialista e de material didático e científico, entre as instituições nacionais e internacionais por meio da concessão de auxílios à pesquisa e desenvolvimento, na forma de bolsas de estudos, estágio ou pesquisas.
- i) Constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos.
- j) Incumbir-se do planejamento e organização, para os setores de tecnologia e de ensino, de projetos e empreendimentos, garantindo a gestão e absorção do conhecimento e quando da coordenação de propostas aprovadas de financiamento de fundos de fomento públicos ou privados, assumir sua execução técnica e financeira.
- k) Para realizar os objetivos sociais, a Associação manterá, em atividade permanente, sem qualquer discriminação e de acordo com seus planos de atividades, centros de estudos e pesquisas, de seleção e orientação de ensino, de documentação e outros, próprios ou em regime de cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas.

## 5. Contribuições da APG-ITA para o XXI Congresso da ANPG

1. Reserva técnica para alunos de Doutorado da CAPES;
2. Aumento do valor da bolsa atrelado a um “índice de reajuste: ” Como esses aumentos das bolsas de estudo não são anuais, esse reajuste talvez pudesse ser baseado em uma média conjunta dos pisos de cada conselho (Ex: CREA, CRM, OAB e outros). Como o número de pós-graduandos no Brasil gira em por volta de 130 mil, isso não seria um impacto significativo nas finanças do governo para um país que busca formar capital intelectual;
3. “ Regulador de Incentivos fiscais: ” Mecanismo para empresa ou pessoa física com o intuito de bonificar (de alguma forma, como por exemplo, o imposto de renda) quem disponibilizar recursos mensais para um fundo de apoio aos alunos iniciantes de pós-graduação sem bolsa de estudos. O objetivo é levantar verba para ajudar os primeiros meses dos alunos aceitos nas IES com baixíssimas condições financeiras, em contra partida os alunos pesquisariam assuntos de interesse das empresas;
4. Pré-Requisitos do “regulador de incentivos fiscais”
  - a) tempo máximo de auxílio não superior à três meses;
  - b) valor de hum salário mínimo vigente;
  - c) verba regulada por entidade neutra a IES;
  - d) verba proveniente de doações de empresas e/ou pessoa física que em contra partida recebessem auxílios fiscais;
5. A princípio, as leis de apoio a cultura investigadas e pesquisadas não se aplicam para este caso, então existe a proposta de criação de uma legislação específica, como por exemplo, um PL (Projeto de Lei).